



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação escrita

Legislar para salvaguarda do direito de amamentação

Está já cientificamente comprovado que a amamentação é a forma mais saudável de alimentar os bebés, a Organização Mundial de Saúde sugere mesmo às mães que amamentem os seus filhos até aos dois anos de idade. Há dias, um membro da Conferência Consultiva Política da Província de Guangdong afirmou que é expectativa do Ministério da Saúde que a taxa de crianças entre os zero e os seis anos amamentadas regularmente suba dos actuais 30% para 50%¹. Nestes últimos anos, o Governo da RAEM tem promovido, em grande força, a amamentação, e com o caso do leite em pó esgotado no ano passado, são mais as mães que agora amamentam os seus filhos. Segundo os Serviços de Saúde de Macau, em 2011, a taxa de crianças entre os zero e os quatro anos amamentadas regularmente atingia apenas os 22%.

Segundo muitas mães, o regresso ao trabalho depois de acabada a licença de maternidade, assim como outras razões, impedem-nas de continuar a amamentar os filhos de forma regular. No que diz respeito ao trabalho, trata-se de uma questão que tem a ver, essencialmente, com a Lei das relações de trabalho vigente, que não consagra o direito de amamentação, e mesmo apesar de o facto de amamentar as crianças em espaços públicos ser um acto pouco aceite, a lei nem sequer exige a instalação de salas de

¹ TDM, Telejornal - Proposta sobre o reforço da promoção da amamentação, apresentado por um membro de Macau da Conferência Consultiva Política da Província de Guangdong, 14:04, do dia 14 de Janeiro de 2014.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

amamentação nas empresas e nas construções públicas de grande envergadura, ou seja, a lei não oferece apoio suficiente às mães na questão da amamentação, antes pelo contrário, só lhes causa incómodos.

Nas regiões vizinhas, por exemplo, na China Continental, em Abril de 2012 o Conselho de Estado aprovou as "*Special Provisions on Labor Protection of Female Workers*" (Medidas especiais de protecção das mulheres trabalhadoras), que no seu artigo 9.º dispõe que: "*With regard to female workers who breast-feed babies less than one year old, their employers shall not extend their working hours or arrange them to work night shifts. Employers shall arrange one hour of breast-feeding time for lactating female workers during the working hours every day.*"² (os empregadores não devem prolongar o horário de trabalho nem destacar para turnos da noite as mulheres que estejam a amamentar bebés até um ano de idade). Em Taiwan, existem também normas semelhantes àquelas no artigo 18.º do "Act of Gender Equality in Employment"³ (Acto sobre a igualdade de género no emprego) e no artigo 52.º da "*Labor Standards Law*"⁴. Mais ainda, com vista a salvaguardar o direito das mulheres à amamentação em recintos públicos e a oferecer um ambiente sem obstáculos para as mulheres que querem amamentar os seus filhos, em finais de 2010, o *Bureau of Health Promotion of Department of Health of the Executive Yuan*, de Taiwan, aprovou os "*Standards for Establishment and Administration of Public Breastfeeding (Collecting) Rooms*"⁵, que regula

² *Order No.619 of The State Council of PRC, "Special Provisions on Labor Protection of Female Workers"*.

³ *Council of Labor Affairs of the Executive Yuan, Taiwan, "Act of Gender Equality in Employment"*.

⁴ *Council of Labor Affairs of the Executive Yuan, Taiwan, "Labor Standards Law"*.

⁵ *Public Health Bureau of Taoyuan County Government, Taiwan, "Standards for Establishment and Administration of Public Breastfeeding (Collecting) Rooms"*.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

expressamente que os recintos públicos que reúnem determinados requisitos devem facultar ao público salas de amamentação. De acordo com as informações mais actualizadas, existem em Taiwan 2 480 salas de amamentação públicas⁶. Com a aprovação do “*Act Governing Breastfeeding in Public Places*”⁷ ficou ainda mais reforçado o direito das mulheres à amamentação em recintos públicos, assim como foi facultado um ambiente livre de obstáculos para as mulheres que pretendem amamentar os seus bebés. E é punido quem violar a lei, por exemplo, quem proibir, expulsar ou impedir a amamentação em espaços públicos. Em Fevereiro de 2009, Hong Kong publicou a “*Practice Note on the Provision of Babycare Rooms in Commercial Buildings*”⁸ e as “*Guidelines on Babycare Facilities*”⁹, passando as instalações para os cuidados de bebés a ser requisito para os concursos públicos de projectos de construção de centros comerciais, quer médios quer de grande dimensão.

Voltando para Macau, verifica-se que apenas os Estatutos dos funcionários públicos, dos trabalhadores da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico dispõem que: “*A mãe que amamente o filho tem ainda direito a ser dispensada 1 hora em cada dia de trabalho até aquele perfazer 1 ano de idade.*”. Mas a Lei das relações de trabalho não dispõe deste tipo de normas que permitam essa dispensa justificada, para que todas as trabalhadoras de Macau possam usufruir dessa garantia. E quanto às mulheres

⁶ *Lactation room information website.*

⁷ *Health Promotion Administration of Taiwan.*

⁸ *Buildings Department of Hong Kong, “Provision of Babycare Rooms in Commercial Buildings”.*

⁹ *Labour and Welfare Bureau of Hong Kong, Experience Sharing Cases, Cases on Application of Gender Mainstreaming, Breastfeeding Promotion and Provision of More Babycare Facilities in Government Buildings and Public Areas.*



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que precisam de amamentar os seus filhos em recintos públicos, de facto, falta aqui uma salvaguarda desse direito e, conseqüentemente, faltam também instalações para o efeito. Com vista a apoiar e promover a amamentação e a optimização dos respectivos diplomas legais, com vista a consagrar mais salvaguardas para as mulheres que amamentam, venho interpelar sobre o seguinte:

1. Já desde 1995 que o Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau dispõe que: *“A mãe que amamente o seu filho tem ainda direito a ser dispensada 1 hora em cada dia de trabalho até aquele perfazer 1 ano de idade.”*¹⁰. Também na China continental e em Taiwan existem normas semelhantes, no sentido de consagrar uma garantia legal às mães, aliás, trata-se de uma norma que é amplamente reconhecida pelas populações de Macau e das regiões vizinhas. Assim, para que todas as trabalhadoras de Macau possam usufruir desse direito, a Administração tem algum plano para a introdução dessa norma na Lei das relações de trabalho?

2. A criação de salas de amamentação em recintos públicos é símbolo de civilização e, ainda, um acto importante de respeito pela salvaguarda dos interesses das mulheres e das crianças. Macau, na qualidade de cidade mundial de turismo e lazer, nunca legislou sobre a instalação de salas de amamentação em recintos públicos, portanto, são poucas as salas de amamentação nos recintos públicos de Macau. E isto faz sobressair a falta de cuidado e atenção que são dados às mulheres e às crianças no processo de desenvolvimento urbanístico de Macau. A Administração vai ponderar sobre a

¹⁰ Imprensa Oficial, Decreto-lei n.º 23/95/M.
IE-2014-01-17 Wong Kit Cheng (P) AV-APN



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

produção de diplomas para a instalação de salas de amamentação em recintos públicos? Em caso afirmativo, deve prometer que esse trabalho vai ser concluído quanto antes, com vista a dar a devida importância às necessidades de amamentação das mulheres. Vai fazê-lo?

3. O aumento da taxa de crianças amamentadas regularmente transformou-se num grande objectivo do Ministério da Saúde do nosso País. Com vista a que essa taxa aumente também em Macau, a Administração vai fazer o mesmo, vai tratar este assunto como essencial? Se a Administração não pretender legislar sobre esta matéria, para salvaguardar o direito da população à amamentação, então, de que medidas dispõe para aumentar a referida taxa, no sentido de Macau poder também atingir o objectivo fixado pelo nosso País?

17 de Janeiro de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Wong Kit Cheng